



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

PANORAMA DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

Deisy Almeida Araujo Sandes¹

Resumo: A falta de acesso e a dificuldade de integração ao sistema educativo, o isolamento da escola em relação à comunidade, a violência cultural e o desconhecimento das características da vida cotidiana das comunidades, configuraram (e configuram) um sistema educacional autoritário e promotor da exclusão social. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da inserção do assistente social no contexto educacional, no intuito de identificar as demandas do assistente social nas escolas e apresentar o projeto de lei municipal de Paulo Afonso-BA para a inserção do assistente social nas instituições de ensino. Assim, para o alcance dos objetivos propostos, metodologia deste trabalho foi baseada em revisões bibliográficas, com base em artigos científicos, livros, documentos e Leis Educacionais, como também foi realizada uma pesquisa de campo com duas Assistentes Sociais que atuam na área educacional, sendo uma da esfera particular e a outra federal na cidade de Paulo Afonso-Ba, a fim de obter informações sobre a inserção do profissional nas escolas, bem como levantar dados diante a existência do projeto municipal que concerne a inserção do Assistente Social nas escolas municipais. Portanto, diante a pesquisa concluiu-se que a inclusão do Serviço Social nas escolas se faz primordial para a formação educacional dos sujeitos que necessitam antepor a busca por um país mais justo socialmente e que se preocupa com aqueles que se encontram à margem da sociedade, gerando estratégias de inclusão social.

Palavras-chave: Educação. Política educacional. Serviço Social.

Abstract: The lack of access and the difficulty of integration into the educational system, the isolation of the school from the community, cultural violence and ignorance of the characteristics of the daily life of the communities, have shaped (and configured) an authoritarian educational system and promoted social exclusion. There is then an abyss between different cultural universes: on the one hand, the so-called official culture determined by curricula, content and the literate culture of academics; and on the other, people who live a life of work and effort, mostly subject to the intemperies of social problems, but who have an accumulation of experiences, beliefs and knowledge given through a different reality and that should be valued. This paper aims to present the importance of inserting the social worker in the educational context, analyzing the main contributions and challenges of the social worker in the educational area, seeking to identify the demands of the social worker in schools, knowing the current Brazilian educational scenario and present the Paulo Afonso-BA municipal bill for the insertion of the social worker in educational institutions. Thus, to reach the proposed objectives, the methodology of this work was based on bibliographic reviews, based on scientific articles, books, documents and Educational Laws, as well as a field research with two Social Assistants that work in the educational area, being one of the private sphere and the other federal in the city of Paulo Afonso-BA, in order to obtain information about the insertion of the professional in schools, as well as to raise data before the existence of the municipal project that concerns the insertion of the Social Worker in municipal schools. Therefore, the research concluded that the inclusion of Social Service in schools is essential for the educational training of the subjects who need to prioritize the search for a more socially just country and that is concerned with those who are on the margins of society, generating strategies of social inclusion.

Keywords: Education. Educational politics. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

¹ Estudante de Graduação, Centro Universitario Leonardo da Vinci, E-mail: deisysandes7@gmail.com.

A intervenção do Serviço Social no campo educacional não se configura em uma prática recente, pois a sua no cenário educacional vem sendo estabelecida a longas datas e no Brasil, remonta o início da profissão na década de 30 (SOUZA, 2005).

A educação organizada sob forma de política pública se constitui em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista (Ney Luiz Teixeira de Almeida, 2009). As lutas sociais, principalmente a classe trabalhadora reconhecendo seus direitos, tendo consciência de seu valor na sociedade ao longo da história compreende as expressões em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu.

O desafio do assistente social nas escolas nos faz compreender e acompanhar a dinâmica das tendências das políticas de educação que vem ampliando as formas de acesso. A inserção do assistente social na Educação vem sendo requisitada, para atuar em programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para garantia da aquisição e da permanência na educação escolarizada de acordo com a Lei 8662/93.

O objetivo dessa pesquisa é apresentar a importância da inserção do assistente social no contexto educacional, analisando as principais contribuições e desafios do assistente social na área educacional; buscando de tal modo identificar as demandas do assistente social nas escolas; conhecer o cenário educacional brasileiro na atualidade; e finalizar apresentando o projeto de lei municipal de Paulo Afonso-BA para a inserção do assistente social nas instituições de ensino.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL E A ORIGEM DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

O entendimento da inserção do Serviço Social na Política da Educação se faz necessária desde a sua percepção da história da educação no Brasil enquanto políticas públicas, estabelecida no centro de conflito de interesse entre classe dominante (burguesia) e a classe trabalhadora (proprietário).

Ao longo dos séculos a educação foi se transformando, antes acontecia de forma oral e espontânea, onde não havia professores especializados em conhecimentos específicos, na verdade todos os adultos transmitiam as informações aos jovens e crianças, a chamada de Educação Primitiva de acordo com (LUZURIAGA, 1981). As crianças ou jovens estudavam por observação, ao atentarem os adultos em suas atividades de pesca, caça, agricultura, em meio de outras.

Através da Constituição Federal em 1934, a educação passou a ser vista como um direito de todos. Contudo a constituição de 1934 durou pouco, sendo substituída pela de 1937,

imposta por Getúlio Vargas. Na década de 1920 havia Universidades, como a do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais (1927). Em 1934, surgiu a Universidade de São Paulo (USP), sob a nova organização decretada pelo governo.

A Educação foi merecedora de destaque na Constituição Brasileira de 1988 que em seus dispositivos transitórios (ADCT 60 modificado pela Emenda Constitucional 14/1996), dava o prazo de dez anos para a universalização do Ensino e a erradicação do analfabetismo. Surgiu em 1996 à nova LDB, que estabeleceu a Política Educacional Brasileira.

De acordo com Bulla; Leal (2006), a Constituição de 88 aprimorou expressivamente ao estabelecer espaços de conhecimento e intervenção popular nas políticas sociais, praticado pela população e viabilizado através da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos, dentre outras formas. Assim, a partir de então, a participação social vem se contornando como um dos princípios organizacionais nos métodos de formulação de políticas públicas e de determinação popular em escala local.

As regras fundamentais para a operacionalização das políticas públicas enquanto questões básicas para a execução dos direitos, estabelecem que determinadas medidas sejam tomadas, tais como: “a redução da desigualdade social, violência, preconceito e discriminação que se apresentam nas relações sociais de maneira ocultada, e, muitas vezes, perspicaz. Assim, as políticas públicas no comando de seu papel têm por obrigação avaliar os direitos de cada indivíduo, e deste modo, o Estado e a sociedade civil precisa ter uma “afinidade de complementaridade” (FRANÇA; FERREIRA, 2012).

Conforme a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde o Estado tem a obrigação de garanti-la a todos. De tal modo, pode-se mencionar que a educação é uma questão que ultrapassa o contexto escolar, uma vez que tudo o que se aprende socialmente, ou seja, na família, na igreja, na escola, na rua, no teatro, etc. é visto como uma forma de educação.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO EDUCACIONAL

A contribuição do Serviço Social na área da educação remonta à década de 1930, porém desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão o assistente social tinha seu foco de atuação voltado aos pais e alunos com o objetivo de ajustar e disciplinar a população aos padrões comportamentais ditados pelos valores dominantes da sociedade da época.

Para Lopes et al., (2007) o assistente social na educação colabora na identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam o ambiente escolar resultando em evasão escolar, baixo rendimento, agressividade, entre outros.

[...] a contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos de risco, etc. (CFESS, 2001 apud CAMPOS e DAVID, 2010, p. 278).

Assim, no ano de 2013 foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica, o qual defende que a atuação de assistentes sociais nas escolas, por intermédio de seu trabalho junto aos estudantes e suas famílias, contribui positivamente para o aperfeiçoamento e incremento do rendimento escolar, uma vez que estes seriam capazes de abordar e propor soluções no trato dos problemas sociais que interferem no cotidiano de escolarização e formação social das crianças.

A contribuição da ação social para a educação, segundo Santos (2012) é no sentido de ajudar e solucionar os problemas sociais que atrapalham o desenvolvimento escolar do aluno, como a violência, faltas frequentes, drogas, brigas familiares, etc. Nessa perspectiva, o serviço social cria um perfil profissional na política educacional que protagoniza ações e intervenções criativas, propositivas, estratégicas e ousadas buscando uma mudança social.

De acordo com Piana (2009) o Serviço Social Escolar (SSE), assim intitulado, atua com o emprego de uma equipe multidisciplinar especializada, a qual conta com o apoio de psicólogos e professores, desenvolvendo um trabalho multidisciplinar, o qual resulta na integração entre os alunos, pais e professores buscando promover uma convivência mais efetiva e apropriada para o desenvolvimento escolar social dos alunos.

A educação é uma prática eminentemente social que amplia a inserção do indivíduo no mundo dos processos e dos produtos culturais da civilização. A escola é um espaço privilegiado, onde se dá a um conjunto de interações sociais que se repetem educativos, logo, a qualidade das interações sociais presentes na educação escolar constitui um componente importante na execução de seus objetivos e no aperfeiçoamento do processo educacional.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos adotados na busca para atingir os objetivos deste estudo foram divididos no delineamento da pesquisa; tipo de estudo; instrumento de pesquisa e coleta de dados.

A pesquisa primeiramente procedeu-se em duas etapas. A primeira foi através de uma pesquisa bibliográfica para conhecimento do tema, em dissertações, artigos científicos, livros e internet. A pesquisa bibliográfica é organizada a partir de material já publicado, constituído principalmente por meio de livros, artigos, periódicos e atualmente materiais disponibilizados na internet (PEREIRA, 2007).

Na segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo com duas Assistentes Sociais que atuam na área educacional, sendo uma da esfera particular e a outra federal na cidade de Paulo Afonso-Ba, a fim de obter informações sobre a inserção do profissional nas escolas, bem como levantar dados diante a existência do projeto municipal que concerne a inserção do Assistente Social nas escolas municipais. Deste modo, foram utilizadas as técnicas de pesquisa de campo, observação participante e entrevistas semi-estruturadas com algumas assistentes sociais que trabalham no contexto educacional de Paulo Afonso, através das quais foi possível captar, com os resultados em forma de respostas, informações pertinentes a inserção e laboração do assistente social no contexto educacional do município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para retratarmos das contribuições advindas da prática profissional do assistente social, devemos levar em consideração o termo educação e seus conceitos perante o contexto do Serviço Social. Assim, de acordo com Rossa (2011) é visto que o assistente social é requisitado para atuar na política educacional devido à dinâmica social posta pelo capitalismo (mudanças trabalhistas e culturais) e não unicamente pelo desejo da categoria profissional em conquistar novos espaços de trabalho, uma vez que o profissional que atua na política educacional tem como dever assegurar o acesso dos direitos das crianças e família em suas expressões de “questão social”.

Paulo Afonso é um município do estado da Bahia, emancipado em 28 de julho de 1958, o qual de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 a cidade possuía 120.706 habitantes.

Diante ao contexto educacional do município, o mesmo possui 64 unidades escolares municipais, que dentre as quais estão inseridas cinco creches. Em relação à localização, quatro creches estão distribuídas em bairros periféricos e uma no centro da cidade. As escolas estão situadas na área urbana e rural, sendo dezenove escolas no perímetro urbano e quarenta escolas no perímetro rural.

Pedagogicamente, a educação do município de Paulo Afonso prima por um ensino-aprendizagem em que se releve a diversidade como patamar de crescimento profissional. A permanência do aluno na escola como fator primordial para aferição do conhecimento é uma constante preocupação, sendo que o propósito de formação da cidadania, extraída da educação escolar, norteia todas as esferas educacionais.

Dessa forma, a Rede Municipal de Ensino vem melhorando significativamente o acesso ao ensino básico, ofertando Educação Infantil, Ensino Fundamental Básico de 09 anos, Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva, que seguem as orientações, diretrizes e normas vigentes nacionais como na Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Temas Transversais, os Projetos Pedagógicos das Escolas e os Conselhos Escolares. Sendo o ensino organizado por ano e salas multisseriadas.

É importante ressaltar que o município de Paulo Afonso dispõe da Lei nº 1180 de 25 de fevereiro de 2010, a qual “institui o Serviço Social nas Escolas Públicas da Rede Municipal e nos Centros de Ensino Infantil”. O art. 2º da referida Lei, determina que o Serviço Social Escolar será desenvolvido por profissionais habilitados, os quais realizarão pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para cadastramento da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação social e familiar, visando à prevenção da evasão escolar e melhoramento do desempenho do aluno em sua totalidade; integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social mais amplo, operando de forma articulada através de outros benefícios e serviços assistenciais, voltadas aos pais e alunos no âmbito da educação, inclusive educação especial, e no conjunto das demais políticas sociais existentes no município.

Assim, nos dias 25 e 26.11.2018, como descrito anteriormente, foi realizado uma pesquisa de campo com duas assistentes sociais do município de Paulo Afonso, sendo uma da esfera Federal e de uma Entidade Privada de direito público, sem fins lucrativos, aplicando um questionário, o qual é composto de 13 perguntas subjetivas, no intuito de levantar dados pertinentes à questão da inserção do assistente social nos contextos educacionais. Vale ressaltar que foram empregados siglas para abreviar os termos Assistente Social da Entidade privada, ficando descrito ASP e da Assistente Social da esfera Federal – ASF.

A assistente social que atua na entidade privada de ensino, trabalha há 2 anos e 6 meses, com vinculação CLTista. Já a Assistente da esfera federal, possui 30 anos de idade, trabalhando há 3 anos a qual é concursada.

Primeiramente foi questionado as assistentes sociais se o Projeto ético-político – profissional do Serviço Social está sendo efetivado na área educacional?

A ASP respondeu que

em qualquer espaço sócio-institucional a efetivação do projeto ético político é desafiador, pois a atuação profissional vale-se da categoria mediação como para enfrentar os desafios e possibilidades impostos no cotidiano. Tratando da entidade onde atuo, é frequente a sensibilização sobre as atribuições do Serviço Social e devida importância na equipe multiprofissional. Minha estratégia é tecer articulações intersetoriais e redes colaborativa com diversos agentes escolares, para potencializar a prestação do serviço com qualidade e garantia de direitos aos cidadãos que buscam o setor de Serviço Social.

Todavia, a ASF menciona que

A efetivação do projeto ético-político do Serviço Social depende do compromisso de cada profissional, independente da esfera ou campo de trabalho em que ele/ela atue. A diferença é que alguns espaços sócio-ocupacionais apresentam limites/entraves mais aparentes que outros. De maneira geral, ao seguir as recomendações construídas, coletivamente, pelos profissionais que atuam nesta área, com o conjunto CFESS/CRESS, é garantida a efetivação do nosso projeto, sim. Particularmente, no caso do Serviço Social, na instituição que trabalhamos, tentamos seguir estas recomendações (Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação - Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação).

Dessa forma é possível mencionar que as ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação e de exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do serviço social. Contudo, dada a condição de profissional assalariado/a, parte dos recursos mobilizados pelos/as assistentes sociais em suas atividades laborativas decorrem das formas de implementação das políticas sociais, com seus programas, instrumentais, rotinas e, sobretudo, diretrizes.

Ao serem questionadas sobre quais os desafios e possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social manifestadas no cotidiano escolar, a ASP mencionou que o ambiente escolar é um campo privilegiado de manifestação multifacetada das expressões da questão social. Na instituição onde atuo, os maiores desafios estão:

- 1) Na sensibilização dos cidadãos (clientes) que contratam o serviço nossos educacionais, quanto à compreensão dos critérios para pleito de bolsa de estudo (regido pela lei nº 12.101/2009 e decretos regulamentadores, sob fiscalização do Ministério da Educação-MEC), pois acreditam piamente que a instituição tem obrigação de apoiá-los quando apresentam dificuldades financeiras. Há situações em que o cidadão presta informações inverídicas e/ou age de má fé. As possibilidades e limites do Serviço Social para atendimento dessa demanda está na orientação ao cidadão sobre procedimentos, exigências legais, disponibilidade de vagas e financeira da instituição.
- 2) Fortalecimento da parceria família/escola, propícios ao fortalecimento do processo educativo. Nesse item, as possibilidades e limites do Serviço Social estão na sensibilização das famílias sobre seu papel social, direitos e deveres e outras questões voltadas para proteção integral dos seus filhos, baseadas na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Regimento Escolar, etc.
- 3) Também é desafiador a articulação com a rede de políticas públicas no município, para encaminhamento de demandas que a escola sozinha não consegue solucionar.

Entretanto, a ASF afirma que os desafios estão relacionados à situação de vulnerabilidade social e econômica apresentadas pelos usuários da instituição, a qual tem se apresentado crescente no atual contexto político-econômico; e em contradição a isso, a desresponsabilização e o desmonte do Estado, também crescentes, quanto às demandas sociais, sejam elas relacionadas à pobreza, à educação etc., o que resulta, por exemplo, no corte de recursos financeiros, materiais e humanos, para atender à demanda supracitada. No contexto micro/institucional, temos a desmotivação dos servidores e o desinteresse da gestão local em atuar frente a estas dificuldades que nos atingem. Quanto às possibilidades, entendo que o exercício do controle social é a saída, para estes casos. Profissionais de Serviço Social precisam estar engajados e ocupando espaços de poder, decisórios, bem como, conclamando os usuários (principais interessados) a fazerem o mesmo. O Serviço Social vem ocupando espaços decisórios internos, na instituição (comissão local de gestão da assistência estudantil; representação sindical local), bem como, externos (Fórum Municipal de Educação para acompanhamento do Plano Municipal da Educação, participação em audiências, conferências e Conselhos – inclusive de representação da nossa categoria).

Em relação a autonomia na educação pública diante o Serviço Social, a ASP diz que “na minha opinião, os assistentes sociais têm autonomia relativa em qualquer espaço sócio-ocupacional, visto que os vínculos profissionais são de subordinação a diversas instituições públicas ou privadas”. De tal modo, a ASF “acredito que, considerando, principalmente, o tipo de vínculo/contrato que possuímos, temos mais liberdade para atuar, reivindicar, propor, construir nosso plano de trabalho; mas não só por isso, pois, também, as normativas que regulamentam nossas atribuições e competências nos conferem esta “autonomia”. Entretanto, quando somos contratadas, a instituição nos requisita com uma ideia pré concebida quanto ao nosso trabalho. Nosso salário é garantido ao executar as tarefas para as quais fomos convocadas. Acrescenta-se a isso, que no atual modo de produção e contexto político-econômico, qualquer instituição e ambiente de trabalho apresentará suas contradições e correlações de forças. Assim, no nosso espaço ocupacional, entendo que desfrutamos de uma autonomia relativa”.

Existe uma dimensão educativa na ação do assistente social, mesmo não sendo o centro de sua atuação, o processo de trabalho no qual ele se insere não é exclusivo dele. O professor, como profissional do ensino, participa de certa maneira dos processos que envolvem a questão social. No entanto, o espaço de atuação do assistente social representa uma peculiaridade e existe a necessidade da autonomia técnica desse profissional, pois sua formação se fundamenta na intervenção direta nos problemas sociais (CEFSS, 2011).

Com relação à oferta e demanda dos serviços prestados na área da educação a ASP afirmou que no seu cotidiano institucional, a demanda é bem maior que a oferta, pois as solicitações muitas vezes extrapolam os muros da escola e requerem uma forte articulação com a rede. Alguns exemplos de demandas:

- 1) Dificuldade financeira de manutenção das despesas escolares, que implicam na solicitação de bolsa de estudo;
- 2) solicitações de encaminhamentos para a política de saúde (morosidade ou dificuldade para conseguir atendimentos, principalmente para avaliação de dificuldades de aprendizagem);
- 3) Solicitações de encaminhamentos para atendimentos clínicos para alunos com especificidades (são atendimentos caros, em grande maioria não disponíveis na rede pública).

A ASF diz que quanto à demanda geral da instituição, certamente a demanda é maior que a oferta, já que o serviço prestado são as atividades acadêmicas/formação. Para ingressar na esfera que trabalha é necessário passar pelo processo seletivo meritocrático, portanto, não há vagas para todos. Quanto aos serviços específicos do Serviço Social, o mesmo ocorre. Como a demanda principal está relacionada aos serviços de Assistência Estudantil (repasso financeiro), temos recursos financeiros insuficientes para atender a todos os alunos que possuem perfil socioeconômico para receber os benefícios.

Questionou-se também se os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis, atendem as necessidades dos usuários. Diante a tal questionamento, a ASP mencionou que em relação a instituição privada, há um investimento na manutenção e melhoria dos recursos elencados. Além disso, o caráter de filantropia da instituição cumpre exigências do MEC quanto ao atendimento de várias diretrizes, que somente é possível com uma estrutura organizada em todos os quesitos. Todavia, a ASF afirmou que “com certeza não. Os cortes orçamentários têm sido crescentes. O Serviço Social não possui, até hoje, uma sala de atendimento individual que garanta, efetivamente, as condições éticas para preservação do sigilo. Tudo é improvisado e o argumento é sempre a ausência de recursos”.

Posteriormente, perguntou-se qual a importância do planejamento no trabalho do assistente social que atua na escola? Que tipos de estudos e levantamentos podem auxiliar nesse planejamento? Assim a ASP respondeu que:

O planejamento é imprescindível para ação. Sem ele, não há efetividade na atuação profissional. Trabalho com instrumentais de registro, leitura de indicadores diversos (sociais e institucionais), pesquisa social, estudo de materiais publicados pelo conjunto CFESS/CRESS e demais bibliografias.

Para a elaboração do planejamento, é necessário um levantamento das demandas institucionais, limites e possibilidades de intervenção, estudo de dados para avaliação de resultados (comparativo de relatórios é uma estratégia valiosa). Qualificação e atualização profissional são a “cereja do bolo”.

Corroborando tal afirmação, a ASF diz:

O planejamento é necessário para que as demandas diárias não nos atropelam. O planejamento garante que nossas ações sejam pensadas conforme pressupostos teóricos e metodológicos da profissão. Sem planejamento, seremos somente responsáveis por “apagar fogo” e correremos o risco de assumir funções que não nos competem. Precisamos nos pautar, principalmente, no nosso código de ética, na nossa lei de regulamentação e nos documentos que norteiam nossa atuação, naquele espaço. Em seguida, precisamos nos embasar naquilo que a realidade dos usuários nos diz. Se não possuímos esses dados, devemos providenciá-los. Como sabemos quais intervenções faremos, se não sabemos do perfil da população que atendemos (idade, situação financeira, perfil familiar, condições de saúde etc)?

O planejamento social busca utilizar de forma harmônica o planejamento estratégico, ampliando a participação dos vários níveis profissionais existentes dentro da sociedade. Nesse sentido, a tomada de decisão se torna elemento fundamental, pois corresponde com as diferentes escolhas dentro do processo (MARX, 1996).

Questionou-se ainda, frente aos grandes desafios impostos ao Serviço Social, na defesa da educação enquanto direito social e dever do Estado, bem como um campo de atuação profissional, qual o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS. A ASP relatou que o conjunto CFESS/CRESS se posiciona a favor da efetivação do projeto ético-político e garantia de direitos em todas as suas dimensões. Já a ASF afirmou que o conjunto deveria se posicionar diante a defesa de um projeto de educação pública, laica, presencial e de qualidade.

Para finalizar a pesquisa, foi perguntado como as escolas atualmente têm encarado a necessidade de inserir o profissional de Serviço Social em seu cotidiano e se existe resistências.

Na nossa região, desconheço assistentes sociais que atuem em escolas públicas ou privadas de educação básica. Em linhas gerais, as escolas sinalizam a necessidade de assistentes sociais para intervenção nas demandas decorrentes das mudanças sociais em todos os âmbitos. À grosso modo, os poucos profissionais que atuam na educação estão em instituições filantrópicas (exigência legal) ou instituições públicas de ensino superior ou tecnológico, executando políticas de assistência estudantil (ASP, 2018).

A necessidade é clara, porém, historicamente, as demandas que nos competem vêm sendo acompanhadas, erroneamente, por outros profissionais das escolas, ou, por profissionais de instituições externas, da rede de serviços. Atualmente, somente a rede federal tem regulamentação quanto a existência de Assistentes Sociais em seu quadro. Quanto às escolas da rede básica, a requisição vem sendo defendida por nossa e por outras categorias, por projetos de lei, ainda não sancionados. Como resposta, a secretaria de educação tem contratado uma assistente social como responsável por toda uma região, ou seja, uma assistente social dando conta de inúmeras escolas, em uma grande cidade, ou até mesmo diversas cidades, ao mesmo tempo. Surreal (ASF, 2018).

A educação é uma prática eminentemente social que amplia e inserção do indivíduo no mundo dos processos e dos produtos culturais da civilização. A escola é um espaço privilegiado, onde se dá a um conjunto de interações sociais que se repetem educativos.

Logo, a qualidade das interações sociais presentes na educação escolar constitui um componente importante na execução de seus objetivos e no aperfeiçoamento do processo educacional, destacando-se de tal modo atuação do Serviço Social na escola voltada a promover a cidadania e o respeito na promoção e participação comunitária com as demandas escolares, participando da construção da história do aluno e promoção da transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando a educação como uma das áreas mais expressiva na vida do ser humano transfigura-se fundamental captar as relações que decorrem no interior das instituições escolares.

No retratar dessas questões, transfigura-se clara a dimensão de compreender a inevitabilidade do Serviço Social no espaço escolar como instrumento de luta contra a violência, a exclusão social, a evasão escolar e os divergentes aspectos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, além do que; focar a instituição familiar e toda a sua estrutura como fragmento importante para o aprendizado dos alunos. Estas demandas sociais compreendem a profissão e este projeto de inserção do Serviço Social nas escolas é fundamental ser cada vez mais estudado.

Torna-se fundamental, sendo assim, a absorção desse novo emprazamento, de inclusão do Assistente Social na escola, pela sociedade civil e política, e os profissionais de Serviço Social, considerando que essa luta é alçada à nação e não estritamente a uma só categoria. Evidencia-se, que esta luta equivale em estabelecer bases de estruturação no espaço escolar através do estabelecimento de vínculo de interlocução, socialização e acolhimento, colhendo a concretização de direitos, e desta forma avançar na implantação de suas fragilidades, podendo conceituar que atentar para a inclusão do Serviço Social nas escolas faz-se primordial para a formação educacional dos sujeitos que devem interferir na busca por um país mais íntegro socialmente e que se preocupa com aqueles que se encontram as bordas da sociedade, gerando estratégias de inclusão social.

Portanto, o Serviço Social escolar é seguramente um desafio para o Assistente Social, visto que se configura até então como um campo a ser explorado e efetivado, compreendendo que as políticas implementadas não são consideráveis para assegurar uma atuação de qualidade que valorize as suas competências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita**. N° 6. Brasília: CFESS, 2009.

BULLA, Leonia C.; LEAL, Maria L. M. **A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social**: o desafio de uma representação democrática. *Textos & Contextos*, v. 3, n. 3, p. 1-13, dez. 2006.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

FRANÇA, R. M. S.; FERREIRA, M. D. M. **As políticas públicas e a efetivação dos direitos humanos pós Constituição Brasileira de 1988**. *Emancipação*, Ponta Grossa, PR, v. 12, n. 2, p. 181-191, 2012.

LOPES, A. C. et al. **Serviço social na área da educação**. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Gestão Social e Desenvolvimento no século XXI**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p. 1-7, 2007.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 11ª ed. Trad. Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Coleção Atualidades Pedagógicas, vol. 59), 1979.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 vols.

PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

PIANA, M. C. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

ROSSA, A. **Serviço social na educação. 2011, p. 85**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SANTOS, André Michel. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil**. 2012. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>. Acesso em: 14/03/2018.

SOUZA, A. de M. e. A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informações e decisões. In: SOUZA, Alberto de Mello e. (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 90-109.